



SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

CENTRO DE REFERÊNCIA DA CULTURA
NEGRA

Marcos Antônio Cardoso

Texto desenvolvido em atendimento à
solicitação do Departamento de Ação
Cultural

BELO HORIZONTE
27 de janeiro de 1994



(...) "Do povo buscaremos a força e a razão
Inexoravelmente
como uma onda que ninguém trava
vencemos.
O povo tomou a direção da barca.
Mas a lição lá está, foi aprendida:
Não basta que seja pura e justa
a nossa causa.
É necessário que a pureza e a justiça
existam dentro de nós.

(Agostinho Neto)



APRESENTAÇÃO

O presente texto é uma contribuição inicial à reflexão crítica, às discussões e os debates da Secretaria Municipal de Cultura e pretende subsidiar a formulação do projeto do Centro de Referência para a Cultura Negra em Belo Horizonte e sua Região Metropolitana, bem como ser um suporte para o debate de outros Centros Culturais.

Também não se propõe a discutir, aqui, o mérito dos Centros Culturais e não há uma preocupação rigorosamente metodológica.

É importante, registrar que a proposta contida no texto ainda não foi discutida com a sociedade civil. Está, pois, circunscrita ao âmbito da Secretaria Municipal de Cultura e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.



CENTRO DE REFERÊNCIA DA CULTURA NEGRA

INTRODUÇÃO

A cultura é sobretudo produção da vida. Manifesta-se no mundo do trabalho, na distribuição dos bens materiais e simbólicos, nas relações de poder, nos códigos morais, sociais, estéticos e religiosos. A cultura tem seu próprio desenvolvimento e sistema de **REFERÊNCIAS**, fundada na história do povo que a produz. A cultura "materializa" uma visão do mundo, revela uma filosofia.

É consensual entre as lideranças, intelectuais, militantes, produtores e agentes culturais comprometidos com o estudo e o desenvolvimento de uma consciência negra coletiva e solidária; o papel preponderante que a cultura assume no processo de transformação da realidade social do povo negro. É inquestionável o papel da cultura para a sobrevivência da identidade negra. Através da cultura, o povo negro vêm resistindo às seculares tentativas de esmagamento; criando e recriando **REFERÊNCIAS** que possibilitem o mútuo reconhecimento e a construção permanente da solidariedade frente a uma sociedade hostil.

Neste sentido, a cultura negra tem sido uma fonte permanente de resistência à dominação e a violência racial e, de outro lado, funcionando como uma força mantenedora do equilíbrio afetivo dos homens, mulheres e crianças na nossa sociedade.

A MATRIZ CULTURAL AFRICANA

Os negros no Brasil, descendentes das várias nações africanas e com influências culturais e civilizatórias diferenciadas, sempre explicaram as origens da criação do mundo e as forças que o regem, tem as suas próprias percepções e interpretações do ser, do mundo e da natureza, dos deuses, diferentes da visão do mundo judaico-cristã.

Das práticas culturais e sociais em que a África aparece como **REFERÊNCIA** para o povo negro na diáspora, a **RELIGIÃO**, ou seja, a forma de conceber o sagrado e, com o mesmo se relacionar é certamente a mais importante e fundamental; pois é a guardiã de um acervo cultural que remete à identidade étnica - fator de coesão e de equilíbrio psicológico e social.



As religiões de origem africana, ao longo de sua existência no Brasil, vêm resistindo às mais duras formas de violência tanto material quanto simbólica. As comunidades-terreiros - espaços de manifestação do sagrado no culto à tradição dos orixás - emergem como espaços litúrgicos, culturais e de organização social e política, numa espécie de *continuum* africano na diáspora.

Também, pode-se em certa medida, considerar que o Congado e as irmandades organizadas no reinado e o culto à Senhora do Rosário é uma das expressivas marcas da resistência cultural e religiosa do povo negro em Minas. Tradição muito antiga, o Congado representa simbolicamente o resgate de um elo perdido, o momento "sagrado" de reencontro da comunidade congadeira com a Mãe África, seus deuses e santos.

Esta cultura baseada numa concepção profundamente sagrada do universo e da natureza, permite encarar o meio ambiente como um sistema integrado, ao qual nos adaptamos com apoio na experiência dos que nos antecederam. A cultura negra do ponto de vista da religião oferece a possibilidade de atenuar os efeitos maléficos, causados pela violação das leis da natureza. A essência dessa verdade ecológica está na adaptação que é fundamentalmente um fenômeno cultural. Assim sendo, estabelecer uma relação plena e recíproca com a natureza, significa não só a sua defesa, mas a vida própria da cultura, a nossa sobrevivência como seres humanos e a preservação da fonte de energia de todos os orixás. Para as religiões de origem africana não existirá plenitude humana e cultural sem meio ambiente sadio. "Pá awê pá Orisà" (matou a folha, matou o orixá).

CULTURA NEGRA E A POLÍTICA - DIVERSIDADE E A NEGAÇÃO DO OUTRO

É indiscutível a presença cultural negra em Minas. Desde que aqui chegaram para o garimpo e a produção de ouro, os negros marcaram a paisagem física, a cultura deste Estado, construindo entre outros, um dos mais respeitáveis patrimônios do país e da humanidade: Ouro Preto.

Tal como aconteceu no restante do país, na fase pós-abolição verificou-se, como projeto das elites dominantes, a exclusão e marginalização da população negra e sua produção cultural que sempre trafegou por circuitos periféricos sem (re)conhecimento por parte do Estado e do conjunto da sociedade.

As elites racistas e conservadoras, através do exercício da dominação ideológica sobre a sociedade, procuram de todas as formas impedir, distorcer, negar e cooptar uma visão de mundo que a sustenta e que entra em conflito com a sua e que pode, eventualmente, colocar em risco seus privilégios raciais e seu poder.



Talvez, por essa razão, é que chamam a cultura de um povo de folclore, de cultura marginal urbana, escamoteando a visão de mundo que a sustenta e que a partir da qual poder-se-ia construir alternativas culturais e políticas contrárias a seus interesses.

Não é por acaso que a cultura negra passa a se constituir em um poderoso instrumento de manipulação política, com vistas a inferiorização racial e social do negro. Referem-se à produção cultural negra como menor, folclórica, à qual se patrocina ou se assiste, com a postura da superioridade das elites. Circunscreve-se a cultura negra à culinária, ao libidinoso, ao lúdico e ao ritual religioso, às externalidades. Além disso, a cultura negra só é absorvida quando esses aspectos estão **DESREFERENCIADOS** da história de opressão e lutas do povo negro, dentro e fora da África.

A adoção de alguns símbolos negros como marcas da cultura nacional cumpre um papel político importante, na medida em que encobre o **RACISMO** e previne a emergência de conflitos, oferecendo ao negro a ilusão de também participar, de contribuir para a configuração da imagem da sociedade brasileira.

A violência racial pela via da manipulação política da cultura negra expressa-se, sem máscaras, quando o "**RECONHECIMENTO**" da importância do negro no espaço da cultura, *strictu sensu*; se dá em troca de sua subordinação econômica e de seu alijamento das esferas de decisão da sociedade.

Também não se admite que ao longo da história da humanidade o povo negro contribui para a produção de uma cultura universal, que transcende a todos os povos e que frequentemente é apropriada pelos brancos e mesmo pela sociedade sem a revelação de suas origens.

Fala-se de vários povos e etnias no Brasil, do luso-italo-nipo-brasileiros, dos imigrantes que tiveram no Brasil o incentivo social e estatal, mas os **POVOS NEGROS E INDÍGENAS** sofrem restrições como se fossem apenas ex-escravos: brasileiros sem raízes culturais e sem história, mesmo que sejam a base da riqueza econômica e cultural dos quase 500 anos de existência da nação.

O racismo e a discriminação racial não se resumem meramente ao preconceito, à cor da pele. Manifestam-se profundamente na **NEGAÇÃO DO DIFERENTE**, em seu contexto existencial e de visão de mundo, enquanto forma específica de ver, sentir e interagir com a sociedade.

Assim como a política que a tudo penetra, a especificidade universalizante da cultura negra, embora empreste para este país o traço fundamental de sua identidade para o mundo, enfrenta a permanente contraposição das elites que procura extirpá-la do seio da sociedade, como se fosse um tumor, de suprimir-lhe o teor libertário e transformador, perplexas diante da explosão criativa do conjunto de formas de sobrevivência que sustenta o povo negro.



A formulação e as práticas governamentais de uma política cultural em Belo Horizonte, fundada nos valores inalienáveis da democracia e da cidadania, devem absorver a transversalidade da questão étnico-racial-cultural e considerar a seguinte pergunta: qual é o lugar reservado ao povo negro e sua cultura na cidade?

A REALIDADE SÓCIO-CULTURAL DO NEGRO EM BELO HORIZONTE

A maioria dos pobres e miseráveis da cidade e sua Região Metropolitana são negros. Essa maioria silenciosa sobrevive em áreas de máxima opressão onde combinam-se o círculo perverso das condições sub-humanas de vida com as situações gravíssimas de degeneração social e comportamental.

Vítimas históricas do processo colonial escravista, hoje sob as determinações do sistema capitalista de produção, sobrevivem do sub-emprego e no desemprego, em atividades de baixa remuneração, morando nas encostas, favelas e vilas, sem equipamentos sociais e urbanos, no analfabetismo e sem acesso a escolas de boa qualidade, empurrados à prostituição e ao crime, morrendo aos milhares nos primeiros anos de vida.

Esta situação revelada pelos altos índices de violência, mortalidade infantil, gravidez precoce, abortos "ilegais" em condições precaríssimas, esterilização em massa de mulheres, Aids, alcoolismo, drogas; produz a vitimização mais profunda no seu elo mais frágil - nas crianças.

O cenário é desolador. Estamos diante de uma cultura do sofrimento que, na prática, é um genocídio cotidiano, sutil e perverso, configurando as estratégias de exclusão das maiorias dos bens culturais e sociais, da riqueza coletivamente produzida por todos e do desenvolvimento material e espiritual.

Os negros nunca foram proprietários. A rua sempre foi o espaço da manifestação da cultura e da vida. Foram expulsos das praças e dos espaços públicos. A festa não existe e do carnaval não se sabe. Pensa-se, apenas, na segurança do espaço privado da casa grande. Será que perdemos, também, a dimensão da festa e o espaço da rua, o espaço público mais democrático?

São essas as razões que balizam a especificidade cultural negra numa sociedade pluri-étnica. Pensar, então, numa atuação coerente do poder público na formulação de uma política cultural para a cidade, significa pensar, sobretudo, programas e projetos setoriais que reduzam ou minimizem o secular abismo existente entre os homens e mulheres negros e o conjunto da população de outras origens étnicas. É nesse contexto que é proposto a criação do **CENTRO DE REFERÊNCIA DA CULTURA NEGRA.**



O CENTRO DE REFERÊNCIA DA CULTURA NEGRA

A Cultura é tratada pelo Capítulo VI da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, promulgada no dia 21 de março de 1990, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela ONU.

Segundo o Art. 166, do cap. supra citado, "o acesso aos bens da cultura e às condições objetivas para produzi-las é direito dos cidadãos e dos grupos sociais... O Poder Público incentivará, por meio de política e ação cultural democraticamente elaborada, as **DIFERENTES** manifestações culturais do município... O Município protegerá as manifestações das culturas populares e dos grupos étnicos participantes do processo civilizatório nacional e..."

A implantação dos Centros Culturais está prevista no Art. 169 e indica a necessária parceria e participação da sociedade civil, a sua instalação nas diversas regiões da cidade com objetivo de atender as necessidades de desenvolvimento cultural da população.

Embora, a finalidade aqui, não seja a de ficar no formalismo da Lei e nem a de discutir o mérito do Cap. VI e seus artigos, na medida em que não estabelecem critérios, não definem atribuições e o caráter dos Centros Culturais; a Lei possibilita a implantação de projetos específicos como o Centro de Referência da Cultura Negra, voltado para a difusão da cultura popular e a promoção da cidadania de, pelo menos, metade da cidade.

Outro aspecto importante e polêmico que cabe destacar, é o da necessidade dos Centros Culturais. Geralmente, o debate gira em torno de se saber se os Centros Culturais serão espaços institucionais, em parcerias ou autogeridos pelas comunidades, movimentos ou grupos sociais e culturais organizados; se implicam em construção, reforma, aluguel ou desapropriação de imóveis e compra de equipamentos; se serão criados novos cargos; se não utilização de outros espaços públicos para a instalação dos mesmos; se por que não empregar os poucos recursos orçamentários em outras ações culturais mais urgentes e finalmente; a questão da **PRIORIDADE**, ou seja, se os Centros Culturais são prioritários ou não, e se são, qual deles?

Considerando a pertinência das questões colocadas, é importante explicitar que a criação do Centro de Referência da Cultura Negra, baseia-se no reconhecimento da dívida histórica e social que a sociedade brasileira tem para com o segmento social negro e a importância da cidade em resgatá-la, a partir da construção da sua participação política fundada no desenvolvimento de uma cultura que amplie a consciência da cidadania e da atenção permanente para o outro.



As ações culturais e projetos realizados pela Secretaria Municipal de Cultura no decorrer de 1993, mesmo avaliados positivamente por uns, foram vistos como ações pulverizadas por outros, sem um eixo que desse a necessária visibilidade política para a cidade. Com um enfoque diferente, a política da SMC orientou-se pela descentralização da atuação da cultura, na democratização do acesso e do apoio à produção dos bens culturais, na reorientação das prioridades como premissas básicas para uma consciência do direito à cidadania cultural, não considerando aqui as dificuldades políticas de um início de gestão, a tradicional falta de recursos para a área cultural e à mentalidade em geral atrasada quando fala-se da cultura.

Nesta perspectiva, em relação à cultura negra, destaca-se na ação cultural da SMC, iniciativas inéditas na área do patrimônio cultural como a formulação do projeto "PÁ AWÊ, PÁ ORIXÁ", no bairro Primeiro de Maio na Região Norte, que entre outras proposições como a preservação ambiental e a instalação de equipamentos adequados numa área fundamental para a comunidade, aponta para o tombamento do patrimônio simbólico da cidade.

No Barreiro iniciou-se a formulação de um projeto de inventário dos 120 anos de resistência cultural e religiosa da irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá, uma das mais antigas e tradicionais, entre outras, comunidades de congadeiros de Belo Horizonte. Com este projeto piloto pretende-se, além do resgate da memória, encontrar novas formas de abordagem, apoio e tratamento das diversas guardas de congo e moçambique e comunidades organizadas na tradição do reinado e no culto ao Rosário, com o propósito de erradicar a folclorização, o clientelismo e o paternalismo.

Na Região Leste, emerge com força na comunidade do Alto Vera Cruz, através dos diversos grupos culturais e da comunidade, a proposta de reforma de uma casa do Centro de Apoio Comunitário, disponível para nela ser instalado um Centro Cultural, amplo e aberto, multidisciplinar, que tem nas manifestações culturais negras, a expressão mais dinâmica do trabalho com as crianças, a inserção delas no mundo da cultura como afirmação de uma identidade coletiva, sobretudo, crianças vitimizadas pela miséria e em fase de alto risco de serem tragadas pelas ruas.

Nessa mesma linha, pode-se afirmar que o Centro de Referenciamento Cultural para as crianças, a ser instalado na Praça da Estação, têm na sedução da cultura e na experiência de algumas entidades e grupos culturais negros, a possibilidade de integrá-las à vida, diferentes da frieza dos números e distanciamento das instituições que trabalham nessa área.

Assim, nas várias regiões da cidade, surgem projetos específicos que têm uma interface com a questão racial como por exemplo, os seminários na área de educação e racismo realizados na Região Nordeste, ou os Circuitos Culturais da Região Oeste e na Região Noroeste, onde as manifestações culturais negras, tiveram uma participação significativa.



Registre-se, a importância da polêmica ainda tímida, criada com a realização da Semana do Folclore de 1993 e o apoio da SMC às festas religiosas tradicionais como a do Preto Velho e a Festa de Iemanjá, que necessitam de uma abordagem diferente por parte dos órgãos públicos.

Finalmente, a "Semana da Consciência Negra" realizada pelas entidades do Movimento Negro com a participação e o apoio da SMC e das Administrações Regionais. Considerando a desconfiança histórica que o movimento social negro têm dos poderes públicos, o distanciamento e as dificuldades políticas causadas pela falta de debate e de projetos consistentes que dêem conta da especificidade da questão racial, a "Semana" foi uma sinalização positiva por tratar-se de bandeiras emergentes nunca apoiadas integralmente pela administração pública.

É neste contexto, que a criação de um Centro de Referência da Cultura Negra, emerge como um projeto político-cultural de governo que buscará, na medida mesma das suas possibilidades, funcionar como uma resposta institucional à crescente demanda sócio-cultural da população negra, combinada com a sua vocação de mobilização e articulação de parcerias sociais com diversos grupos culturais, associações populares, organizações não governamentais e entidades e lideranças do movimento social negro e outros da sociedade abrangente.



OBJETIVOS GERAIS

- 1- PROMOVER A COORDENAÇÃO CULTURAL E POLÍTICA DOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES QUE SE REFERIREM À CULTURA NEGRA, SEJAM INSTITUCIONAIS, GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS OU DEMANDADOS PELAS COMUNIDADES, GRUPOS CULTURAIS, ENTIDADES NEGRAS E DA SOCIEDADE CIVIL.
- 2- TORNAR-SE UM CENTRO DE PLANEJAMENTO, DE REFLEXÃO CRÍTICA, DE INCENTIVO À DIFUSÃO E PRODUÇÃO DA CULTURA NEGRA OU QUE A ELA SE REFIRA; DE LIBERDADE DE CRIAÇÃO ARTÍSTICA, DE EXPRESSÃO E EXPERIMENTAÇÃO ESTÉTICA.
- 3- DESENVOLVER ATIVIDADES PERMANENTES QUE CONTRIBUAM PARA A ERRADICAÇÃO DO RACISMO, DA DISCRIMINAÇÃO E DO PRECONCEITO RACIAL, CONSTITUINDO-SE COMO UM FORUM PERMANENTE DE PROMOÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXERCÍCIO DA CIDADANIA.
- 4- APOIAR OS PROJETOS E INICIATIVAS CULTURAIS DAS ENTIDADES DO MOVIMENTO NEGRO LOCAL E NACIONAL E DE OUTROS GRUPOS COMPROMETIDOS COM OS PRINCÍPIOS AQUI COLOCADOS.
- 5- CONSTITUIR-SE COMO UM CENTRO DE COMUNICAÇÃO, FORMAÇÃO, INFORMAÇÃO, PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E DE CAPACITAÇÃO CULTURAL E APRIMORAMENTO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DOS RECURSOS HUMANOS NA ÁREA DA CULTURA NEGRA.
- 6- DESENVOLVER PROJETOS VOLTADOS PARA O LEVANTAMENTO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS COM VISTAS À RECUPERAÇÃO, PROTEÇÃO, TOMBAMENTO; PARA A PRESERVAÇÃO E REURBANIZAÇÃO DE ESPAÇOS SÓCIO-CULTURAIS DE ORIGEM NEGRA AMEAÇADOS PELA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA; PARA RESGATAR A MEMÓRIA, O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E SIMBÓLICO AFRO-BRASILEIRO.
- 7- FOMENTAR O INTERCÂMBIO CULTURAL COM OS PAÍSES AFRICANOS E DA DIÁSPORA, BEM COMO OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE OUTROS ESTADOS QUE DESENVOLVAM AÇÕES OU QUE GUARDEM ACERVOS SIGNIFICATIVOS DA CULTURA NEGRA.



RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Do ponto de vista dos recursos humanos, o Centro consolidar-se-á com uma equipe mínima de assessores (consultores ou técnicos) via cargos em comissão criados por Projeto de Lei encaminhado à Câmara Municipal pelo Prefeito e de um corpo técnico-administrativo de funcionários da Administração e nomeados por concurso público.

Até que se configure uma proposta real para operacionalização do Centro, sugere-se o seguinte desenho institucional:

- 1 Diretor/coordenador geral
- 1 Assessor jurídico
- 1 Assessor de comunicação e imprensa
- 1 Assessor de políticas institucionais e sociais
- 1 Assessor/coordenador para as áreas de artes plásticas, cênicas e literatura
- 1 Assessor coordenador para a área de música e dança
- 1 Assessor/coordenador para documentação, biblioteca e arquivo
- 1 Assessor/coordenador para a área de pesquisa, formação e recursos humanos
- 1 Assessor/coordenador para a área administrativa

Do ponto de vista dos recursos materiais, a instalação do Centro exigirá um espaço físico adequado e equipado para execução de suas finalidades e objetivos. A viabilidade do espaço dependerá da disposição política, da combinação de diversas ações e da existência de recursos orçamentários. Dentre essas ações, indicam-se as seguintes:

- 1- Construção do prédio onde será instalado o Centro, com recursos próprios da PBH, em terreno cedido, adquirido, permutado ou comprado pela municipalidade.
- 2- Aluguel do espaço físico, prédio ou casa, na área central do município, pela PBH.
- 3- Desapropriação em função do interesse público e social.
- 4- Negociações urbanas, permuta, comodato, troca social.
- 5- Captação de recursos internacionais.
- 6- Parcerias com instituições e empresas governamentais e não governamentais, locais, nacionais e estrangeiras.
- 7- Captação de recursos na iniciativa privada nacional.



ESTRATÉGIAS

Os quase 500 anos de violência racial produziu uma estrutura ideológica inibidora da afirmação do negro como sujeito político em direção à equiparação política, social e econômica na sociedade brasileira.

Os diagnósticos fúnebres das estatísticas e indicadores sociais, a invisibilidade programada e a forma inconstitucional dos meios de comunicação desrespeitarem as manifestações religiosas e culturais negras, o espectro parasitário e anacrônico e a indiferença política das elites brasileiras perante a miséria que se avoluma e o agravamento da marginalização urbana, colocam para nós, tantos desafios, como o de criar um Centro de Referência para a Cultura Negra, no momento em que constatamos o desmoronamento do próprio Estado. Mesmo assim, o Centro deverá ser criado de forma institucional e pública, com dotações orçamentárias municipais e outras, em espaço físico próprio, equipado, com uma equipe dirigente e um corpo de funcionários técnico-administrativos da municipalidade.

Essa proposta visualiza o negro como credor social e aponta para estratégias emergentes e contemporâneas de compor linhas de investigação tecno-políticas que resultem em projetos inerentes à reforma urbana e agrária e voltados à redistribuição das heranças seculares e das propriedades públicas, a partir de um critério universal de retorno social.

Essa proposta, ao perceber a importância geopolítica do Brasil no mundo, contradiz uma definição de cultura que, no país, expressa-se como força de trabalho negra. Nesse sentido, o Centro de Referência da Cultura Negra, tornar-se-á um marco fundamental na celebração da consciência negra brasileira, na passagem dos três séculos da morte de Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro de 1995. Propor-se-á à ONU, transformar o ano de 1995 no "Ano Internacional do Negro Brasileiro". Daí a importância de inserir o Centro nas comemorações do centenário de Belo Horizonte, inaugurando suas instalações em 1995, contextualizando a cidade no cenário contemporâneo internacional.

Entre outras estratégias possíveis, será fundamental reconceituar as noções de território e memória, no sentido da compreensão da cidadania e a renacionalização de um povo, para dimensionar o contorno de futuros projetos de reterritorialização político-cultural do negro baseado na composição multicultural do país.



CONCLUSÕES FINAIS

Não é possível afirmar que a criação de um Centro de Referência da Cultura Negra, enquanto um projeto político-cultural de governo, signifique o reconhecimento do movimento social negro como força política e cultural.

Embora, no momento, não seja oportuno esse debate, o Centro poderá criar as condições e cumprir este papel ao propor-se à tarefa de formular e realizar projetos que darão visibilidade política à cultura negra, ao povo que a produz e ao governo.

Essa atribuição é mais estratégica, ampla e coerente com o papel que o poder público deve assumir, diante da presença da divergência, do enfrentamento e conflitos com a sociedade abrangente, na construção permanente do processo democrático que no Brasil passa pela questão étnico-racial.

Finalmente, quando se pensa o Centro de Referência da Cultura Negra, pensa-se, sobretudo, na vocação radical de contemporaneidade de Belo Horizonte, de universalização da cidadania à grande parte da população que vive num estado de "exceção urbana", na garantia absoluta dos direitos das chamadas minorias, na defesa do patrimônio histórico e cultural e atenção permanente à memória dos que aqui viveram, trabalharam e construíram a cidade. Isso significa ações sociais, políticas e culturais concretas, que promovam e expandam a vida.

Axé

Marcos Antônio Cardoso (*)

(*) filósofo - Assessor da Secretaria
Municipal de Cultura - Departamento
de Ação Cultural



BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1) MNU - Movimento Negro Unificado, Programa e Ação, IXº Congresso Nacional do MNU, mimeo, Belo Horizonte/MG, Abril, 1990.
- 2) MNU - Movimento Negro Unificado, "Contribuições ao 1º ENEN", mimeo, São Paulo/SP, Novembro, 1991
- 3) Paula, João Antônio de, "11 Teses sobre a Cidadania", Jornal Entreposto Cultural nº 2 - Belo Horizonte Procurando a Cidadania, Belo Horizonte/MG, Dezembro, 1990.
- 4) Sodré, Muniz, "A Verdade Seduzida" - Por um conceito de Cultura no Brasil, Codecri, Rio de Janeiro/RJ, 1983.
- 5) INARAB - Instituto Nacional de Articulação das Religiões Afro-Brasileiras, "O contexto das religiões de origem africana na sociedade brasileira e seus desdobramentos", mimeo, Rio de Janeiro/RJ, setembro, 1991.
- 6) Xavier, Arnaldo - Silvia, Nilza Iraci da, "Há um buraco entre a vida e a morte, Geledés - Instituto da Mulher Negra, Soweto-Organização Negra, Rio de Janeiro, 1992.
- 7) Leal, Gilberto, "Cultura Negra e Meio Ambiente - Tese ao IIIº Congresso Internacional da Tradição dos Orixás e Cultura, Salvador/Ba.
- 8) Cardoso, Marcos Antônio - "Cultura Negra e Cidadania, mimeografado, Belo Horizonte, junho, 1992.
- 9) Alves, Rubens - "O Congado do Barreiro: 120 anos de resistência cultural e religiosa, mimeografado, Belo Horizonte, dezembro, 1993.
- 10) BH - 100 anos, "Um Manifesto pela Vida", Jornal da PBH, Belo Horizonte, dezembro, 1993.
- 11) Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, Câmara Municipal, Belo Horizonte, 1990.